

# Mercantilização e desnacionalização

Não há quem conteste a importância da educação para o desenvolvimento de uma nação. Nem mesmo é possível negar a relação direta entre qualidade de ensino e as perspectivas de crescimento de um povo ou país, sem deixar de mencionar o impacto inerente à formação de cidadãos conscientes de seus deveres, diretos e responsabilidades.

## É grave o processo de mercantilização da Educação no Brasil

Setor estratégico na viabilização de melhores condições de vida à população, também como via de democratização e distribuição de renda por meio da conquista da dignidade e do trabalho, a educação no Brasil precisa, mais do que nunca, ser debatida e priorizada. Só assim poderemos vislumbrar um futuro promissor e verdadeiramente desenvolvido para nosso país.

Do início da República até os nossos dias, lutas históricas apontam para o fato de que as políticas educacionais estão sempre ligadas a projetos de nação. Projetos estes que revelaram, ao longo do tempo, duas tendências: de ampliação democrática e desenvolvimento nacional; ou de restrições democráticas e entrelaçamento a interesses internacionais, que visam manter a dependência econômica, política e ideológica do país.

Portanto, refletir sobre o que esperamos da educação, como ela pode contribuir para o desenvolvimento do país e sobre qual sistema poderá nos transportar para outros patamares é essencial. Neste sentido, uma constatação precisa ser feita: não será por meio dos processos de mercantilização da educação que atingiremos tais metas.

Construído e fomentado há décadas, o conceito que propõe o tratamento da educação como um serviço ou, como costumamos dizer, como uma mercadoria, se intensificou nos últimos 15 anos com a imensurável expansão do ensino superior privado ocorrida no Brasil.

O crescimento acelerado e as questões de lucratividade das “empresas” do setor deram origem a Instituições de ensino superior (IES) gigantescas, com

centenas de milhares de alunos, e muito pouca qualidade. Isto porque a equação da lucratividade em educação só tem um caminho: o da precarização do ensino, por meio do rebaixamento da qualidade, com adoção de salas de aulas superlotadas, falta de projeto pedagógico, má remuneração de professores e trabalhadores em educação e total ausência de democracia interna, entre outros fatores.

Hoje este é o modelo de IES que se multiplica no Brasil e alavanca o processo de mercantilização. Para este modelo de ensino, a proposta do empresariado é de que as “leis do mercado” estabeleçam critérios de atuação, qualidade e crescimento no setor. Segundo eles, só sobreviverá à concorrência quem investir em profissionalizar sua gestão. Ou seja, quem tornar seu negócio mais lucrativo. Esquecem, no entanto, de fazer referências à qualidade, à contribuição para o desenvolvimento nacional, à democratização da educação, à redução de desigualdades, ao compromisso com pesquisa e com um projeto educacional, entre outras questões fundamentais e inadiáveis para o Brasil.

### A desnacionalização ameaça a soberania nacional

Prevendo as graves conseqüências da livre exploração comercial do setor educacional pela iniciativa privada, sem regulamentação do Estado, os movimentos sociais lutam historicamente contra tais condições. Entretanto, chegamos a um momento crucial, que precisa ser enfrentado com mudanças urgentes. Afinal, agora, os riscos da mercantilização da educação passam a ameaçar não só os planos de desen-

volvimento da nação brasileira como podem também afetar a soberania nacional.

Estamos falando sobre o avanço desmedido do processo de desnacionalização do ensino superior privado, também fruto da desregulamentação do setor, que se intensifica a cada dia e que se não for combatido e desencorajado poderá comprometer definitivamente o alicerce de nossa produção de conhecimento, ciência e tecnologia: as universidades.

As conseqüências disso são as piores possíveis. E foi por perceber a premissa desta questão que a CONTEE lançou a Campanha “Educação Não é Mercadoria”. Desde então, vem lutando incansavelmente, ocupando os espaços institucionais de elaboração de políticas públicas do MEC, por meio de pareceres ao Conselho Nacional de Educação (CNE), da atuação na Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do ProUni (CONAP), na Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e nos Conselhos Estaduais e Municipais. Além de unir esforços com atividades sindicais e fortalecer as bandeiras comuns das entidades ligadas à educação. Trabalhamos para garantir que a sociedade brasileira tome conhecimento dos riscos da mercantilização e da desnacionalização da educação, exigindo ações imediatas e concretas do governo federal para impedir o avanço deste processo.

### Um processo em curso

A desnacionalização da educação no Brasil se concretiza, rapidamente, por dois caminhos principais: a venda